

SUMÁRIO

PARTE I

ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Capítulo I – História Universal do Direito Processual do Trabalho	3
1.1 França	3
1.2 Alemanha	6
1.3 Itália.....	7
1.4 México	9
1.5 Espanha	10
1.6 Grã-Bretanha	11
1.7 Estados Unidos	12
1.8 Argentina.....	12
Questionário.....	13
Capítulo II – Evolução do Direito Processual do Trabalho no Brasil	14
Questionário.....	23

PARTE II

INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Capítulo I – Conceito de Direito Processual do Trabalho	26
Questionário.....	27
Capítulo II – Autonomia do Direito Processual do Trabalho	28
2.1 A Questão da Autonomia do Direito Processual	28
2.2 A Questão da Divisão do Direito Processual e o Direito Processual do Trabalho	29
Questionário.....	32
Capítulo III – Relações do Direito Processual do Trabalho com Outros Ramos da Ciência Jurídica.....	33
3.1 Direito Internacional Público	33
3.2 Direito Constitucional	33

3.3	Direito do Trabalho.....	34
3.4	Direito Administrativo	35
3.5	Direito Penal e Processo Penal	35
3.6	Direito Processual Civil.....	35
3.7	Direito Tributário.....	36
3.8	Direito da Seguridade Social	36
3.9	Direito Privado (Direito Civil e Comercial)	38
3.10	Direito do Consumidor	38
	Questionário.....	38
Capítulo IV – Fontes do Direito Processual do Trabalho.....		39
4.1	A Sistemática das Fontes na Ciência Jurídica.....	39
4.2	A Classificação das Fontes Formais	41
4.2.1	Fontes Diretas ou Imediatas.....	41
4.2.1.1	Lei.....	41
4.2.1.2	Costumes.....	42
4.2.2	Fontes Indiretas ou Mediatas.....	43
4.2.2.1	Doutrina	43
4.2.2.2	Jurisprudência.....	44
4.3	A Natureza Cogente da Norma Jurídica Processual Trabalhista como Justificativa do Predomínio da Fonte Formal no Direito Processual..	45
4.3.1	Visão Geral das Fontes Processuais Trabalhistas	46
4.3.1.1	A Norma Estatal Processual Trabalhista.....	46
4.3.1.2	Outras Fontes Processuais Trabalhistas	46
	Questionário.....	48
Capítulo V – Hermenêutica do Direito Processual do Trabalho		49
5.1	Hermenêutica	49
5.2	Interpretação.....	49
5.2.1	Técnicas de Interpretação.....	50
5.2.1.1	Quanto à Origem	50
5.2.1.2	Quanto aos Resultados	50
5.2.1.3	Quanto ao Método.....	52
5.3	Integração da Norma Jurídica	53
5.3.1	Equidade.....	54
5.3.2	Princípios Gerais de Direito.....	55
5.3.3	Analogia.....	58
5.4	A Questão da Aplicação das Normas Jurídicas.....	59
5.4.1	As Normas Processuais no Tempo.....	59
5.4.1.1	A Questão da Vigência da Norma Processual ..	59
5.4.1.2	A Irretroatividade da Norma Jurídica	60

5.4.2	A Norma Processual no Tempo.....	62
5.4.2.1	A Eficácia da EC 45/04 no Tempo	64
5.4.3	As Normas Processuais no Espaço.....	64
5.4.3.1	A Competência Internacional no Direito Processual Civil.....	65
5.4.3.2	A Competência Internacional no Direito Processual do Trabalho.....	66
5.4.3.3	A Aplicação Espacial e o Direito do Trabalho	67
5.4.3.3.1	Trabalhador Brasileiro Contratado para Laborar no Exterior	68
5.4.3.3.2	Contratação de Trabalhador Brasileiro por Empresa Estrangeira, sem Filial ou Agência no Brasil, para o Trabalho no Exterior	70
5.4.3.3.3	Empregado de Empresa Brasileira que Fiscaliza Trabalhos Executados em Diversos Países.....	71
5.4.3.3.4	Empregado de Empresa Brasileira que Executa Serviços Esporádicos no Exterior	71
5.4.3.3.5	Trabalhador Estrangeiro Contratado no Brasil por Empresa Estrangeira para o Trabalho no Exterior.....	71
5.4.3.3.6	Empregado Estrangeiro que vem Laborar Permanentemente no Brasil	71
5.4.3.3.7	Trabalhadores Fronteiriços	71
5.4.3.3.8	Trabalho Efetuado a Bordo de Embarcações e Aeronaves.....	71
	Questionário.....	72
	Capítulo VI – Princípios e o Direito Processual do Trabalho.....	73
6.1	A Noção de Princípio	73
6.2	Princípios do Direito Processual.....	74
6.2.1	Princípios Informativos.....	75
6.2.2	Princípios Fundamentais.....	76
6.2.2.1	Princípio da Igualdade.....	76
6.2.2.2	Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa..	77
6.2.2.3	Princípio da Imparcialidade do Juiz	78
6.2.2.4	Princípio da Publicidade e da Motivação das Decisões.....	79

6.2.2.5	Princípio do Devido Processo Legal.....	80
6.2.2.5.1	Duplo Grau de Jurisdição	81
6.2.2.6	Princípio da Razoabilidade Duração do Processo	83
6.2.2.7	Princípio da Inafastabilidade do Controle Ju- risdicional.....	84
6.3	Princípios Comuns ao Direito Processual Civil e ao Direito Processual do Trabalho	84
6.3.1	Princípios: Dispositivo e Inquisitivo.....	84
6.3.2	Princípio da Lealdade Processual.....	85
6.3.3	Princípio da Oralidade	87
6.3.4	Princípio da Economia Processual.....	88
6.3.5	Princípio da Eventualidade ou Preclusão.....	89
6.3.6	Princípio do Ônus da Prova.....	90
6.3.7	Princípio da Instrumentalidade	91
6.3.8	Princípio da Impugnação Especificada	92
6.3.9	Princípio da Estabilidade da Lide.....	92
6.3.10	Princípio da Eventualidade	93
6.4	Os Princípios Peculiares ao Direito Processual do Trabalho	93
6.4.1	O Princípio Protetor e o Direito Processual do Trabalho..	93
6.4.1.1	O Princípio Protetor e o Direito do Trabalho ..	93
6.4.1.2	O Princípio Protetor no Processo Trabalhista ..	94
6.4.2	Princípio da Busca da Verdade Real	95
6.4.3	Princípio da Finalidade Social.....	95
6.4.4	Princípio da Indisponibilidade.....	96
6.4.5	Princípio da Conciliação	96
6.4.6	Princípio da Normatização Coletiva.....	96
6.5	O Caráter Subsidiário do Direito Processual Civil no Processo Trabalhista	97
	Questionário.....	102
	Capítulo VII – As Relações e os Conflitos Coletivos de Trabalho	103
	Questionário.....	104
	Capítulo VIII – As Formas de Soluções de Conflitos Individuais de Trabalho ...	105
8.1	Autodefesa.....	105
8.2	Autocomposição.....	105
8.2.1	Negociação Direta	105
8.2.2	Comissões Prévias de Conciliação	105
8.2.2.1	Introdução.....	105
8.2.2.2	Constituição	106

8.2.2.3	A Comissão na Empresa	106
8.2.2.4	A Comissão no Sindicato	108
8.2.2.5	Procedimento na Comissão	108
8.2.2.6	Dos Efeitos da Conciliação perante a Comissão	112
8.2.3	Quitação Anual das Obrigações Trabalhistas.....	114
8.3	Heterocomposição	114
8.3.1	Arbitragem	114
8.3.1.1	Introdução.....	114
8.3.1.2	Arbitragem prestada pelo Ministério Público do Trabalho	115
8.3.1.3	Arbitragem Facultativa e Obrigatória.....	115
8.3.1.4	Convenção de Arbitragem	116
8.3.1.5	Arbitragem e o Conflito Coletivo e Individual do Trabalho	116
8.3.2	Jurisdição.....	119
	Questionário.....	120

PARTE III

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Capítulo I – A Constituição Federal e a Estrutura da Justiça do Trabalho...	123
Questionário.....	125
Capítulo II – Tribunal Superior do Trabalho.....	126
2.1 Órgão Especial.....	127
2.2 Tribunal Pleno	128
2.3 Seção Especializada em Dissídios Coletivos.....	128
2.4 Seção Especializada em Dissídios Individuais	129
2.5 Turmas	130
2.6 Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.....	130
2.7 Procedimento para Edição e Revisão de Súmulas e Enunciados Jurisprudenciais	131
Questionário.....	132
Capítulo III – Tribunais Regionais do Trabalho	133
3.1 Regiões.....	133
3.2 Competência Originária.....	134
3.3 Competência Recursal.....	134
3.4 Composição e Funcionamento.....	135
3.5 Corregedoria Regional.....	137
Questionário.....	138

Capítulo IV – Varas do Trabalho	139
4.1 Critérios Legais para a Criação de uma Vara do Trabalho	139
4.2 Composição	140
4.3 Funcionamento.....	141
4.4 A Transferência da Vara do Trabalho e a Lei 10.770/03.....	142
Questionário.....	142
Capítulo V – Órgãos Auxiliares da Justiça do Trabalho	143
5.1 Secretaria da Vara do Trabalho	143
5.2 Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho.....	145
5.3 Serviços Administrativos do Tribunal Superior do Trabalho	145
5.4 Distribuidor	145
5.5 Oficial de Justiça Avaliador.....	146
5.6 Contadoria	146
5.7 Perito.....	147
5.8 Depositário e Administrador.....	148
5.9 Intérprete e Tradutor.....	148
Questionário.....	149
Capítulo VI – Ministério Público do Trabalho	150
6.1 Ministério Público.....	150
6.2 Conselho Nacional do Ministério Público.....	152
6.3 Órgãos Integrantes do Ministério Público do Trabalho	153
6.4 A Atuação Judicial e Extrajudicial do Ministério Público do Trabalho....	154
Questionário.....	155

PARTE IV

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Capítulo I – A Importância da Jurisdição.....	159
1.1 A Noção de Jurisdição	159
1.2 A Jurisdição Trabalhista	160
Questionário.....	161
Capítulo II – Competência.....	162
Questionário.....	163
Capítulo III – Competência Material da Justiça do Trabalho.....	164
3.1 Introdução.....	164
3.2 Trabalho Humano e o Direito do Trabalho	165
3.3 Conceito de Relação de Trabalho.....	166
3.3.1 Abrangência da Relação de Trabalho	168

3.3.2	Relação de Trabalho e Relação de Consumo	168
3.4	Dissídios Individuais e a Competência Material Trabalhista e a EC 45..	170
3.4.1	A Qualidade de Ex-Empregado e a Complementação de Aposentadoria ou de Pensão.....	172
3.4.2	Pré-contrato	174
3.4.3	Ação Indenizatórias: Danos Patrimoniais e Extrapatrimoniais	176
3.4.4	Atleta Profissional de Futebol.....	178
3.4.5	Contribuições Previdenciárias.....	179
3.4.6	A Competência da Justiça do Trabalho para o IR Incidente sobre os Rendimentos do Trabalhador.....	183
3.4.7	Demais Tipos de Relações de Trabalho	187
3.4.7.1	Trabalhador Autônomo.....	187
3.4.7.2	Trabalhador Eventual	189
3.4.7.3	Trabalhador Doméstico.....	191
3.4.7.4	Trabalhador Avulso.....	191
3.4.7.5	Trabalhador Temporário	192
3.4.7.6	Empregado Rural	192
3.4.8	A Justiça do Trabalho e o Contrato de Empreitada	193
3.4.8.1	Conceito de Empreitada.....	193
3.4.8.2	Empreiteiro – Operário ou Artífice.....	194
3.4.8.3	Empreitada e Subempreitada.....	194
3.4.9	Agentes Públicos.....	195
3.4.10	Jurisdição Voluntária. Homologação de Acordo Extrajudicial	198
3.5	Dissídio Individual e a Competência Derivada	198
3.6	Dissídios Individuais Especiais.....	199
3.7	Ações Relativas aos Atos Praticados pela Fiscalização do Trabalho.....	200
3.8	A Justiça do Trabalho e o Transporte Rodoviário.....	201
3.9	Entes de Direito Público Externo e a Competência Material Trabalhista	202
3.10	Dissídio Coletivo	204
3.10.1	Conceito de Dissídio Coletivo de Trabalho	204
3.10.2	Espécies de Dissídio Coletivo	205
3.10.3	Competência Jurisdicional para os Dissídios Coletivos de Trabalho.....	206
3.11	Dissídios Sindicais.....	207
3.11.1	Conflitos Intersindicais Coletivos.....	208
3.11.2	Intersindicais Não Coletivos	208
3.11.3	Conflitos Intrassindicais (ou Internos)	208

3.11.4	Conflitos Extrassindicais.....	209
3.11.5	Conflitos entre Trabalhadores.....	209
3.11.6	Dissídios Individuais Sindicais sobre Contribuições.....	210
3.12	Ações que Envolvam o Exercício do Direito de Greve e o <i>Lockout</i>	211
3.13	Súmulas do STF e a Competência Material Trabalhista.....	213
3.14	Súmulas do Extinto Tribunal Federal de Recursos e a Competência Material Trabalhista.....	214
3.15	Súmulas do STJ e a Competência Material Trabalhista.....	215
3.16	Súmulas do TST e a Competência Material Trabalhista.....	217
3.17	Orientações Jurisprudenciais da SDI-I e a Competência Material Trabalhista.....	218
3.18	Competência Penal da Justiça do Trabalho.....	218
	Questionário.....	221
Capítulo IV	– Competência Territorial da Justiça do Trabalho.....	222
4.1	Dissídio Individual e a Competência Territorial Trabalhista.....	222
4.1.1	Empregado – Agente ou Viajante Comercial.....	222
4.1.2	Empregado Brasileiro Laborando no Estrangeiro.....	223
4.1.3	Empresas que Promovem Atividades Fora do Lugar do Contrato.....	224
4.2	Dissídio Coletivo e a Competência Territorial Trabalhista.....	225
4.3	Prorrogação da Competência.....	225
4.4	Foro de Eleição e a Competência Territorial Trabalhista.....	226
	Questionário.....	227
Capítulo V	– Competência Funcional da Justiça do Trabalho.....	228
5.1	Atribuições do Juiz Titular da Vara do Trabalho.....	228
5.2	Atribuições do Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.....	228
5.3	Tribunais Regionais do Trabalho.....	229
5.3.1	Competência Originária.....	229
5.3.2	Competência Recursal.....	229
5.3.3	Funcionamento.....	229
5.4	Tribunal Superior do Trabalho.....	230
5.5	Juiz de Direito.....	231
	Questionário.....	231
Capítulo VI	– Competência em Função do Valor da Causa e a Justiça do Trabalho.....	232
6.1	Introdução.....	232
6.2	Procedimento Sumário e o Valor da Causa.....	232
6.3	Procedimento Sumaríssimo e o Valor da Causa.....	232

6.3.1	Recurso Ordinário no Procedimento Sumaríssimo	232
6.3.2	Recurso de Revista no Procedimento Sumaríssimo	233
	Questionário.....	234
Capítulo VII – Conflitos de Competência		235
	Questionário.....	236

PARTE V

A DECADÊNCIA E A PRESCRIÇÃO

Capítulo I – A Decadência e a Prescrição		239
1.1	Conceitos de Decadência e Prescrição	239
1.2	Direitos Imprescritíveis no Direito Brasileiro	245
1.3	Normas Gerais sobre a Prescrição	246
1.4	Prescrição e Preclusão	247
1.5	Prescrição e Perempção.....	248
1.6	A Redução do Prazo Decadencial e Prescricional pela Lei Nova e sua Aplicação Imediata.....	250
1.7	Início da Contagem do Novo Prazo Decadencial e Prescricional	251
	Questionário.....	251
Capítulo II – A Decadência no Direito do Trabalho		252
2.1	As Hipóteses de Decadência no Direito do Trabalho.....	252
2.2	Prazo de 30 Dias para a Propositura do Inquérito para Apuração de Falta Grave	252
2.3	Ação Rescisória.....	253
2.4	Mandado de Segurança	254
2.5	Comprovação do Estado Gravídico	256
2.6	A Estabilidade Provisória e a Decadência do Direito.....	256
	Questionário.....	258
Capítulo III – Causas Impeditivas, Suspensivas e Interruptivas da Prescrição		259
3.1	Aspectos Gerais das Causas Impeditivas, Suspensivas e Interruptivas da Prescrição	259
3.2	Causas Impeditivas e Suspensivas da Prescrição Trabalhista.....	261
3.3	Causas Interruptivas da Prescrição Trabalhista	266
3.4	O Ajuizamento das Ações Coletivas e a Interrupção da Prescrição para as Ações Individuais.....	268
	Questionário.....	268
Capítulo IV – Normas Específicas da Prescrição Trabalhista		269
4.1	A Importância da Prescrição	269
4.2	Prazos Prescricionais Trabalhistas	269

4.2.1	A Prescrição do Rurícola em Face da EC 28.....	270
4.2.2	A Prescrição nos Contratos dos Empregados Domésticos...	271
4.2.3	A Prescrição do Trabalhador Avulso	272
4.2.4	A Prescrição em Ações Declaratórias	272
4.2.5	O Prazo Prescricional do FGTS	273
4.2.6	A Prescrição em Matéria Tributária.....	276
4.2.7	A Decadência e Prescrição das Ações Relativas às Penalidades Administrativas Aplicadas por Órgãos de Fiscalização do Trabalho	277
4.2.8	A Prescrição e as Férias	278
4.3	Termo Inicial de Contagem da Prescrição.....	279
4.3.1	Tese dos Sete Anos	280
4.3.2	Parcelas Oriundas de Sentença Normativa	281
4.3.3	Ato Único do Empregador (Prescrição Total e Parcial)	282
4.3.4	Parcelas de Complementação de Aposentadoria	286
4.4	Arguição da Prescrição: Legitimidade e Momento	287
4.4.1	Legitimidade	287
4.4.2	Momento de Arguição no Processo de Conhecimento	288
4.4.3	Declaração de Ofício da Prescrição	290
4.4.4	A Prescrição Intercorrente	292
4.4.4.1	Conceito da Prescrição Intercorrente.....	292
4.4.4.2	A Prescrição Intercorrente é Aplicável ao Processo Trabalhista?.....	293
4.4.4.3	Prazo da Prescrição Intercorrente.....	297
	Questionário.....	297

Capítulo V – Enfoques Jurisprudenciais Específicos sobre a Prescrição Trabalhista.....

5.1	Períodos Descontínuos de Trabalho.....	299
5.2	A Interrupção Trabalhista pelo Arquivamento da Demanda	299
5.2.1	A Demanda Arquivada e a Contagem da Prescrição	300
5.3	Equiparação Salarial.....	301
5.4	Desvio de Função	302
5.5	Gratificação Semestral.....	302
5.6	Horas Extras Pré-Contratadas e Suprimidas	302
5.7	Adicional de Horas Extras	303
5.8	O Aviso-Prévio e a Prescrição	303
5.9	Mudança de Regime Celetista para Estatutário	304
5.10	Complementação de Pensão e Auxílio-Funeral	305
5.11	A Decadência ou a Prescrição Afastada pela Instância Superior.....	305

5.12 Danos Materiais e Morais na Justiça do Trabalho	306
5.13 A Prescrição das Ações que Passaram a ser de Competência da Justiça do Trabalho (EC 45)	310
5.14 A Prescrição e a Constatação da Doença Profissional	312
5.15 Diferenças Salariais dos Planos Econômicos.....	312
5.16 Diferenças dos Planos Econômicos no FGTS	312
5.17 A Prescrição Trabalhista na Falência.....	314
5.18 A Prescrição na Ação Civil Pública Trabalhista.....	316
5.19 Prescrição da Ação Popular	317
5.20 Plano de Cargos e Salários	318
Questionário.....	318

PARTE VI

AÇÕES TRABALHISTAS

Capítulo I – Direito de Ação.....	321
1.1 Ação e Pretensão	321
1.2 Definição do Direito de Ação	322
1.2.1 Introdução	322
1.2.2 Definição	323
1.2.3 Autonomia do Direito de Ação	324
1.3 Condições da Ação.....	324
1.3.1 Interesse de Agir	324
1.3.2 Legitimidade de Agir	325
1.4 Garantias Constitucionais do Direito de Ação e o Processo Trabalhista.....	325
Questionário.....	326
Capítulo II – Classificação das Ações Trabalhistas.....	327
2.1 Classificação das Ações	327
2.1.1 Quanto ao Tipo de Provimento Pedido pelo Autor.....	328
2.1.1.1 Conhecimento	328
2.1.1.2 Execução.....	329
2.1.2 Tutela Pleiteada no Processo de Conhecimento	330
2.1.2.1 Declaratória.....	330
2.1.2.2 Condenatória	331
2.1.2.3 Constitutiva.....	331
2.2 Os Conflitos Trabalhistas.....	332
2.3 Ações Individuais Trabalhistas.....	332
2.3.1 Ações Individuais Trabalhistas de Conhecimento.....	332
2.3.1.1 Condenatória	332

2.3.1.2	Constitutiva.....	333
2.3.1.3	Declaratória.....	333
2.3.2	Ações Individuais Trabalhistas Executórias.....	334
2.3.2.1	A Execução Trabalhista e a Ação Monitória...	334
2.3.2.1.1	Visão Panorâmica da Ação Monitória no Processo Civil.....	334
2.3.2.1.2	A Ação Monitória no Processo Trabalhista.....	337
2.4	Ações Coletivas Trabalhistas.....	338
2.5	Tutela Provisória.....	339
2.5.1	Fundamento Jurídico.....	339
2.5.2	Aplicabilidade ao Processo do Trabalho.....	339
2.5.3	Tutela Provisória e suas Espécies.....	339
2.5.4	Competência Jurisdicional.....	340
2.5.5	Tutela Provisória de Urgência.....	340
2.5.5.1	Tutela de Urgência de Natureza Cautelar.....	340
2.5.5.1.1	Tutela Cautelar e sua Finalidade ..	340
2.5.5.1.2	Tutela cautelar e Medida Limitar.....	341
2.5.5.1.3	Objeto da Tutela Provisória de Natureza Cautelar.....	341
2.5.6	Tutela de Urgência de Natureza Antecipatória.....	344
2.5.7	Requisitos Legais.....	344
2.5.8	Dano Processual e Prejuízo Sofrido.....	346
2.5.9	Tutela de Evidência.....	347
2.5.10	Procedimento da Tutela de Urgência.....	347
2.5.10.1	Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente.....	348
2.5.10.2	Procedimento da Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente.....	348
2.5.11	Custas Processuais.....	349
2.5.12	Recurso Contra a Decisão de Tutela Provisória.....	349
2.5.13	Tutela Provisória Quanto às Obrigações de Fazer e Não Fazer.....	350
2.5.14	Tutela Provisória em Obrigação para Entregar Coisa.....	351
2.5.15	Tutela Provisória contra a Fazenda Pública.....	352
	Questionário.....	354
	Capítulo III – Processo.....	355
3.1	Conceitos: Processo e Procedimento.....	355
3.2	Relação Jurídica Material e Processual.....	355

3.3	Formação do Processo.....	356
3.4	Suspensão do Processo.....	357
3.4.1	Pela Morte ou Perda de Capacidade Processual.....	357
3.4.2	Por Convenção das Partes.....	358
3.4.3	Em Razão de Exceção.....	358
3.4.4	Suspensão por Prejudicialidade.....	359
3.4.5	Motivo de Força Maior.....	359
3.4.6	Outras Hipóteses Legais.....	359
3.5	Extinção do Processo.....	360
3.5.1	Conceito de Sentença.....	360
3.6	Pressupostos Processuais.....	361
3.7	Pressupostos Processuais de Existência.....	361
3.7.1	Petição Inicial.....	361
3.7.2	Jurisdição.....	361
3.7.3	Citação.....	361
3.7.4	Capacidade Postulatória.....	362
3.8	Pressupostos Processuais de Validade – Positivos.....	362
3.8.1	Petição Inicial Válida.....	362
3.8.2	Órgão Jurisdicional Competente.....	363
3.8.3	Imparcialidade.....	363
3.8.4	Capacidade.....	363
3.9	Pressupostos Processuais de Validade – Negativos.....	364
3.9.1	Litispêndência e Coisa Julgada.....	364
3.9.2	Convenção de Arbitragem.....	364
3.9.3	Perempção.....	364
	Questionário.....	365
Capítulo IV – Sujeitos da Relação Processual.....		367
4.1	Juiz.....	367
4.1.1	Atuação do Juiz – Visão Crítica.....	367
4.1.2	Garantias e Prerrogativas da Magistratura.....	369
4.1.3	Deveres da Magistratura.....	370
4.1.4	O Juiz e a Relação Jurídico-Processual.....	373
4.1.4.1	Os Poderes do Juiz na Relação Processual.....	373
4.1.4.2	Poderes Jurisdicionais do Magistrado.....	374
4.1.4.2.1	Poderes Ordinatórios ou Instru- mentais.....	374
4.1.4.2.2	Poderes Instrutórios.....	375
4.1.4.2.3	Poderes Finais e a Tutela Provi- sória.....	376
4.1.5	Declaração de Suspeição pelo Magistrado.....	376

4.2	Partes.....	377
4.2.1	Capacidade de Ser Parte e de Estar em Juízo.....	378
4.2.2	Representação.....	378
4.2.3	Assistência.....	379
4.2.4	A Presença das Partes no Processo Trabalhista.....	379
4.2.4.1	Absolutamente Incapazes.....	379
4.2.4.2	Relativamente Incapazes.....	381
4.2.4.3	Curatela Especial.....	383
4.2.4.4	Sociedades de Fato e Irregular.....	384
4.2.4.5	Massa Falida.....	384
4.2.4.6	Concordata e Recuperação Judicial.....	385
4.2.4.7	Espólio.....	385
4.2.4.8	Herança Jacente.....	386
4.2.4.9	Condomínio.....	387
4.2.4.10	Pessoas Jurídicas.....	387
4.2.4.10.1	A Representação do Empregador em Audiência.....	389
4.2.4.10.2	Advogado e Preposto.....	390
4.2.4.11	União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.....	392
4.2.4.12	Autarquias.....	392
4.2.4.13	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ...	393
4.2.4.14	Fundações.....	393
4.2.4.15	Sociedade em Liquidação Extrajudicial.....	393
4.2.4.16	Empregador Doméstico.....	393
4.2.4.17	Sociedade de Economia Mista.....	394
4.2.4.18	Empresa Pública.....	394
4.2.4.19	Empregado.....	394
4.3	Capacidade Postulatória.....	394
4.3.1	Conceito.....	394
4.3.2	O Processo Trabalhista e a Capacidade Postulatória.....	395
4.3.3	Assistência Jurídica e o Processo do Trabalho.....	397
4.3.3.1	A Assistência Judiciária ao Empregador.....	402
4.3.4	O Código Civil 2002 e a Verba Honorária Advocatícia no Processo do Trabalho.....	404
4.3.4.1	Introdução.....	404
4.3.4.2	A Responsabilidade pela Verba Honorária Advocatícia. O Princípio da Causalidade.....	405

4.3.4.3	A Verba Honorária Advocatícia em face do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil.....	407
4.3.4.4	O Cabimento da Verba Honorária Advocatícia no Processo Trabalhista	408
4.4	Advogado	412
4.4.1	Da Atividade da Advocacia.....	413
4.4.2	A Importância da Procuração	413
4.4.3	Dos Direitos e dos Deveres do Advogado.....	414
4.4.4	Da Incompatibilidade e Impedimento	415
4.4.5	Das Infrações e Sanções Disciplinares.....	415
4.4.6	Da Responsabilidade Civil do Advogado.....	416
4.5	A Responsabilidade dos Participantes do Processo.....	417
4.5.1	Responsabilidade das Partes por Dano Processual.....	419
4.5.1.1	Caracterização da Litigância de Má-fé pelas Partes e Demais Sujeitos do Processo.....	420
4.5.1.1.1	Deduzir Pretensão ou Defesa contra Texto Expresso de Lei ou Fato Incontroverso	420
4.5.1.1.2	Alterar a Verdade dos Fatos.....	420
4.5.1.1.3	Usar do Processo para Conseguir Objetivo Ilegal	420
4.5.1.1.4	Opuser Resistência Injustificada ao Andamento do Processo	421
4.5.1.1.5	Proceder de Modo Temerário em Qualquer Incidente ou Ato do Processo.....	421
4.5.1.1.6	Provocar Incidentes Manifestamente Infundados	421
4.5.1.1.7	Interposição de Recurso com Intuito Manifestamente Protelatório.....	421
4.5.2	Natureza Jurídica da Sanção Imposta ao Litigante de Má-fé.....	422
4.5.3	Conteúdo das Perdas e Danos pela Litigância de Má-fé....	422
4.5.4	A Litigância de Má-fé e o Art. 940 do CC.....	422
4.5.5	Assédio Processual	424
4.6	Sucessão das Partes	425
4.6.1	Sucessão de Empregado por Ato entre Vivos	425
4.6.2	Sucessão de Empresas	426
4.6.3	Sucessão de Empregado por Ato <i>Causa Mortis</i>	428
4.6.4	Sucessão do Empregador por Ato <i>Causa Mortis</i>	429

4.7	Substituição Processual	429
4.8	Litisconsórcio.....	430
4.8.1	Tipos de Litisconsórcio.....	430
4.8.1.1	Quanto à Cumulação de Sujeitos	430
4.8.1.2	Quanto ao Tempo de sua Formação	431
4.8.1.3	Quanto à sua Obrigatoriedade	431
4.8.1.4	Quanto ao Alcance de seus Efeitos	431
4.8.2	Os Tipos de Litisconsórcio e Procedimentos	431
4.8.3	A Cumulação Subjetiva Prevista no Art. 842 da CLT	433
4.9	Intervenção de Terceiros	433
4.9.1	Conceito de Terceiro	433
4.9.2	Tipos de Intervenção de Terceiro.....	435
4.9.2.1	Assistência.....	435
4.9.2.1.1	Assistência Simples	435
4.9.2.1.2	Assistência Litisconsorcial	436
4.9.2.2	Oposição.....	437
4.9.2.3	Nomeação à Autoria	440
4.9.2.4	Denúnciação à Lide.....	443
4.9.2.4.1	Conceito	443
4.9.2.4.2	Hipóteses Legais	444
4.9.2.4.3	Procedimento	445
4.9.2.4.4	O Cabimento da Denúnciação da Lide no Processo do Trabalho ...	445
4.9.2.4.5	Factum Principis e a Denúnciação à Lide.....	446
4.9.2.5	Chamamento ao Processo.....	448
4.9.2.6	Incidente da Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	449
4.9.2.6.1	Desconsideração da Personalidade Jurídica	449
4.9.2.6.2	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica no CPC/2015	451
4.9.2.6.3	Processo Trabalhista e o Incidente de Desconsideração	452
4.9.2.7	Intervenção do <i>Amicus Curiae</i>	454
	Questionário.....	455
	Capítulo V – Atos Processuais.....	457
5.1	Conceito de Atos Processuais	457
5.2	Classificação dos Atos Processuais	460

5.3	Forma dos Atos Processuais	462
5.4	Publicidade dos Atos Processuais	463
5.4.1	Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais.....	465
5.5	Atos da Parte	466
5.5.1	Conceito e Classificação	466
5.5.2	Efeitos dos Atos Praticados pelas Partes	467
5.5.3	Cotas Marginais e Lineares nos Autos.....	467
5.6	Atos do Juiz	467
5.6.1	Atos Decisórios.....	468
5.6.2	Atos Não Decisórios	471
5.6.3	Forma dos Atos Decisórios	471
5.7	Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria.....	471
5.8	Forma dos Termos Processuais	472
5.8.1	Processo Eletrônico.....	473
5.9	O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	476
5.9.1	O Tempo.....	476
5.9.1.1	Feridos e Férias Forenses.....	477
5.9.2	O Lugar	478
5.10	Prazos Processuais.....	478
5.10.1	Classificação dos Prazos Processuais.....	479
5.10.2	Natureza dos Prazos Processuais.....	479
5.10.3	Fluência dos Prazos Recursais.....	480
5.10.3.1	Contagem dos Prazos: Termo Inicial.....	480
5.10.3.1.1	O Termo Inicial para o Recurso	482
5.10.3.1.2	Recurso e o Protocolo Integra-	484
5.10.3.1.3	Feriado Local e o Prazo Recur-	484
5.10.3.2	Termo Final.....	484
5.10.4	Preclusão.....	485
5.10.5	Prazos para as Partes.....	485
5.10.6	Prazos para o Juiz e seus Auxiliares	486
5.10.7	Prazo para a Fazenda Pública	486
5.10.8	Principais Prazos Trabalhistas	487
5.11	Intercâmbio Processual	488
5.11.1	Forma dos Atos de Comunicação	488
5.11.2	Requisitos das Cartas.....	489
5.11.3	Cumprimento das Cartas	489
5.11.4	Cartas Urgentes	490
5.11.5	Cooperação Internacional e as Cartas Rogatórias	490

5.11.5.1	Cooperação Internacional no CPC.....	490
5.11.5.2	Cartas Rogatórias	492
5.11.5.3	Procedimento.....	492
5.11.6	Intercâmbio Processual e a Informatização	493
5.12	Citação.....	493
5.12.1	Destinatário, Local e Impedimentos Legais da Citação	494
5.12.2	Modos de Realização da Citação.....	494
5.12.2.1	Citação pelo Correio.....	495
5.12.2.2	Citação por Oficial de Justiça	496
5.12.2.2.1	Citação com Hora Certa	496
5.12.2.3	Citação por Edital	497
5.12.3	Efeitos da Citação	497
5.12.4	Contagem do Prazo.....	498
5.13	Intimação.....	498
5.13.1	Conceito.....	498
5.13.2	Forma.....	498
5.13.3	Forma e a Informatização Processual.....	501
5.14	A Comunicação dos Atos Processuais no Processo Trabalhista	502
5.15	Distribuição.....	504
5.16	Vícios do Ato Processual	506
5.16.1	Introdução.....	506
5.16.2	Espécies de Vícios do Ato Processual	506
5.16.3	As Nulidades no Código de Processo Civil	507
5.16.4	As Nulidades no Processo do Trabalho.....	511
5.17	Prioridade na Tramitação Processual.....	512
5.18	Carga Rápida.....	512
5.19	Atos Processuais no Âmbito do Mercosul – Protocolo de Las Leñas	512
	Questionário.....	513
Capítulo VI – Petição Inicial		515
6.1	Conceito	515
6.2	Os Procedimentos no Processo do Trabalho.....	516
6.3	Requisitos da Petição Inicial no Processo Civil.....	516
6.4	Requisitos da Petição Inicial no Processo do Trabalho.....	517
6.4.1	Requisitos Externos.....	517
6.4.2	Requisitos Internos	517
6.4.2.1	Designação da Autoridade Judicial a Quem é Dirigida.....	518
6.4.2.2	Qualificação das Partes.....	519

6.4.2.3	Breve Exposição dos Fatos que Deram Origem ao Dissídio.....	520
6.4.2.4	Tutela Provisória.....	521
6.4.2.5	O Pedido.....	521
6.4.2.5.1	Requisitos do Pedido	523
6.4.2.5.2	Pedidos Determinados e Genéricos	525
6.4.2.5.3	Pedido Fixo	526
6.4.2.5.4	Pedido Alternativo	526
6.4.2.5.5	Pedidos Subsidiários.....	526
6.4.2.5.6	Pedido Único e Pedidos Cumulados.....	526
6.4.2.5.7	Pedido de Prestações Sucessivas	527
6.4.2.5.8	Pedido com Cominação	528
6.4.2.6	Requerimentos na Reclamação Trabalhista....	529
6.4.2.6.1	Opção do Autor por Audiência de Conciliação ou de Mediação	529
6.4.2.6.2	Citação.....	529
6.4.2.6.3	Assistência Judiciária Gratuita ..	529
6.4.2.6.4	Intervenção do Ministério Público do Trabalho.....	529
6.4.2.6.5	Provas	529
6.4.2.6.6	Despesas Processuais.....	530
6.4.2.6.7	Honorários Advocatícios	530
6.4.2.6.8	Assinatura do Autor ou de seu Representante	530
6.4.3	A Petição Inicial e o Valor da Causa no Processo Trabalhista ..	530
6.4.3.1	Conceitos.....	530
6.4.3.2	Procedimento Sumário e o Valor da Causa....	533
6.4.3.3	Procedimento Sumaríssimo e o Valor da Causa.....	534
6.4.4	Documentos.....	534
6.4.5	Petição Inicial e o Processo Eletrônico.....	534
6.5	Indeferimento da Petição Inicial.....	536
6.6	Inépcia da Inicial	538
6.7	Emendas à Reclamação Trabalhista.....	539
6.8	Aditamento à Reclamação Trabalhista	540
6.9	Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial.....	541
	Questionário.....	542

Capítulo VII – Resposta	544
7.1 Introdução.....	544
7.2 Aspectos Técnicos do Exercício do Direito de Defesa pelo Reclamado (Réu).....	546
7.2.1 Resposta e o Processo Eletrônico.....	546
7.3 O Exercício do Direito de Defesa pelo Reclamado (Réu).....	549
7.3.1 Inexistência ou Nulidade de Citação.....	549
7.3.2 Pressupostos Processuais Subjetivos.....	551
7.3.2.1 Imparcialidade do Juiz.....	551
7.3.2.1.1 Procedimento da Exceção de Impedimento ou Suspeição do Juiz.....	553
7.3.2.1.2 Impedimento e Suspeição de Outras Pessoas.....	554
7.3.2.2 Órgão Jurisdicional Competente.....	555
7.3.2.3 Relativos às Partes (Autor).....	556
7.3.3 Pressupostos Processuais Objetivos.....	557
7.3.3.1 Intrínsecos à Relação Processual.....	557
7.3.3.2 Extrínsecos à Relação Processual.....	557
7.3.4 Condições da Ação.....	557
7.3.5 Preliminares ou Prejudiciais de Mérito.....	558
7.3.6 Defesa de Mérito.....	560
7.4 O Prazo da Resposta no Processo Trabalhista.....	561
7.5 O Momento da Apresentação da Resposta no Processo Trabalhista.....	562
7.6 Resposta, Revelia e Confissão Quanto à Matéria de Fato.....	562
7.7 Reconvenção.....	563
7.7.1 A Omissão da Lei Processual Trabalhista.....	563
7.7.2 Conceito.....	564
7.7.3 Requisitos e Procedimentos.....	565
7.7.4 Revelia do Réu e a Reconvenção.....	566
7.7.5 Reconvenção e Compensação.....	567
7.7.6 Litisconsórcio.....	567
7.7.7 Reconvenção e Ação de Cumprimento.....	567
7.7.8 Reconvenção e o Processo de Execução.....	568
Questionário.....	568
Capítulo VIII – Audiência	569
8.1 Conceito.....	569
8.2 Audiência e o Princípio da Publicidade.....	569
8.3 Horário das Audiências no Processo Trabalhista.....	570
8.4 Audiência e o Poder de Polícia do Juiz.....	572
8.5 A Duração da Audiência e o Comparecimento das Partes.....	573

8.6	A Presença das Partes na Audiência	575
8.6.1	A Representação do Empregador em Audiência	576
8.6.2	Demais Hipóteses.....	577
8.7	Trâmites da Audiência Trabalhista	577
8.8	A Realização da Audiência Una é Obrigatória?	579
	Questionário.....	580
Capítulo IX – Provas	581
9.1	Prova: Conceito e Finalidade.....	581
9.2	Objeto da Prova.....	582
9.2.1	A Prova do Direito Invocado.....	584
9.3	Princípios Informativos da Prova	585
9.4	Ônus da Prova.....	588
9.4.1	A Inversão do Ônus da Prova	590
9.4.2	Convenção Sobre o Ônus da Prova.....	593
9.4.3	A Prova do Fato Negativo	594
9.4.4	O Ônus da Prova e o Princípio <i>In Dubio Pro Operario</i>	596
9.4.5	Máximas da Experiência	597
9.5	Indícios e Presunções.....	598
9.6	Prova Emprestada	599
9.6.1	A Prova Emprestada em Relação às Pessoas dos Liti- gantes	601
9.6.2	A Prova Emprestada Produzida em Juízo Incompetente...	602
9.6.3	A Prova Emprestada Produzida em Processo Anulado	603
9.6.4	A Prova Emprestada Formulada em Processo Criminal	603
9.7	A Valoração das Provas	604
9.8	Meios de Prova	606
9.8.1	Depoimento Pessoal.....	607
9.8.1.1	Da Confissão.....	608
9.8.1.2	Procedimentos do Depoimento Pessoal.....	609
9.8.1.2.1	Perguntas Indeferidas	611
9.8.1.2.2	Depoimento de Menores de 18 Anos.....	612
9.8.2	Prova Documental	612
9.8.2.1	Conceito de Documento	612
9.8.2.1.1	Documento Público.....	614
9.8.2.1.2	Documento Particular.....	615
9.8.2.1.3	Documentos Especiais.....	617
9.8.2.1.4	Ata Notarial.....	618

	9.8.2.1.5	Cópias Reprográficas e a Fé que Emana Desses Documentos	618
	9.8.2.1.6	Falsidade Documental.....	619
	9.8.2.2	Incidente de Falsidade	621
	9.8.2.2.1	Procedimento do Incidente de Falsidade.....	622
	9.8.2.3	Produção da Prova Documental	622
	9.8.2.4	Exibição de Documento ou Coisa.....	624
	9.8.2.4.1	Procedimento e Efeitos da Exibi- ção Requerida contra a Parte.....	624
	9.8.2.4.2	Procedimento e Consequências da Exibição Requerida contra Terceiro.....	626
	9.8.2.5	Prova Documental e o Processo Eletrônico ...	627
9.8.3		Prova Testemunhal.....	631
	9.8.3.1	Conceito	631
	9.8.3.2	Deveres e Direitos das Obrigações da Testemu- nha.....	631
	9.8.3.3	Admissibilidade da Prova Testemunhal.....	633
	9.8.3.4	Quem Pode ser Testemunha?	634
	9.8.3.4.1	Incapazes	634
	9.8.3.4.2	Impedidos	634
	9.8.3.4.3	Suspeitas	635
	9.8.3.5	Produção de Prova Testemunhal.....	636
	9.8.3.5.1	O Número de Testemunhas	636
	9.8.3.5.2	Comparecimento da Testemu- nha.....	636
	9.8.3.5.3	O Procedimento Quanto ao De- poimento Testemunhal.....	639
9.8.4		Prova Pericial	641
	9.8.4.1	Conceito	641
	9.8.4.2	A Admissibilidade da Prova Pericial	641
	9.8.4.3	Perito	643
	9.8.4.4	Procedimento.....	645
9.8.5		Inspeção Judicial.....	648
		Questionário.....	648
Capítulo X – Procedimento Sumaríssimo			650
10.1		Introdução.....	650
10.2		Causas Sujeitas ao Procedimento Sumaríssimo	650

10.2.1	Requisitos da Petição Inicial no Procedimento Sumaríssimo.....	651
10.3	Audiência Una.....	653
10.3.1	Decisão de Plano dos Incidentes e Exceções.....	655
10.3.2	Produção das Provas.....	655
10.4	Sentença.....	656
	Questionário.....	658
Capítulo XI	– Despesas Processuais.....	659
11.1	Conceito: Despesas Processuais.....	659
11.2	Conceitos: Custas Processuais, Emolumentos e Verba Honorária Pericial.....	659
11.3	As Custas Processuais nos Dissídios Individuais e Coletivos Trabalhistas.....	660
11.3.1	O Percentual Legal e a Base de Cálculo das Custas Processuais.....	660
11.3.1.1	Valor do Acordo.....	661
11.3.1.2	Valor da Causa.....	661
11.3.1.3	Valor da Condenação.....	662
11.3.2	As Regras quanto ao Pagamento das Custas Processuais ..	662
11.4	As Custas Processuais no Processo de Execução Trabalhista.....	663
11.5	Emolumentos na Justiça do Trabalho.....	664
11.6	Demais Procedimentos quanto às Custas Processuais e os Emolumentos.....	665
11.7	Isenção Quanto ao Pagamento das Custas Processuais e dos Emolumentos.....	666
11.8	A Responsabilidade pelos Honorários Periciais.....	667
11.8.1	A Atualização da Verba Honorária Pericial.....	670
	Questionário.....	670
Capítulo XII	– Sentença Trabalhista.....	671
12.1	Atos do Juiz.....	671
12.1.1	Atos Decisórios.....	671
12.1.2	Atos Não Decisórios.....	676
12.2	Forma dos Atos Decisórios.....	676
12.3	Publicação e Intimação da Sentença.....	681
12.4	Sentença Trabalhista.....	682
12.4.1	Conceito.....	682
12.4.2	Sentenças Processuais.....	684
12.4.2.1	Sentenças Processuais Típicas.....	686
12.4.2.2	Sentenças Processuais Atípicas.....	688

12.4.3	Sentenças de Mérito	689
12.4.3.1	Acolhimento ou Rejeição do Pedido	690
12.4.3.2	Reconhecimento do Pedido pelo Réu	690
12.4.3.3	Transação.....	691
12.4.3.4	Prescrição e Decadência.....	693
12.4.3.5	Renúncia ao Direito	693
12.5	Sentença e as Ações Trabalhistas.....	693
12.5.1	Classificação das Ações	693
12.5.1.1	Quanto ao Tipo de Provimento Pedido pelo Autor	696
12.5.1.1.1	Conhecimento	696
12.5.1.1.2	Execução.....	696
12.5.1.2	Tutela Pleiteada no Processo de Conhecimento	698
12.5.1.2.1	Declaratória	698
12.5.1.2.2	Condenatória.....	699
12.5.1.2.3	Constitutiva.....	699
12.6	Os Conflitos Trabalhistas.....	700
12.6.1	Ações Individuais Trabalhistas.....	700
12.6.1.1	Ações Individuais Trabalhistas de Conhecimento	701
12.6.1.1.1	Condenatória	701
12.6.1.1.2	Constitutiva e Desconstitutivas... ..	701
12.6.1.1.3	Declaratória	701
12.6.1.2	Ações Individuais Trabalhistas Executórias	702
12.6.2	Dissídio Coletivo	703
12.7	A Eficácia da Sentença.....	703
12.7.1	Existência.....	703
12.7.2	Validade	704
12.7.3	Eficácia.....	706
12.8	Coisa Julgada.....	707
12.8.1	Introdução	707
12.8.2	Sentença e a Coisa Julgada	709
12.8.3	Sentença e a Cláusula <i>Rebus Sic Stantibus</i>	712
12.8.4	Limites Objetivos da Coisa Julgada	712
12.8.5	Limites Subjetivos da Coisa Julgada	714
12.8.6	Coisa Julgada Parcial.....	715
12.8.7	Eficácia da Coisa Julgada Criminal no Processo Civil	717
12.8.8	A Decisão Penal e os seus Efeitos no Direito do Trabalho....	719
12.8.9	Coisa Julgada Inconstitucional	719

12.8.10	Coisa Julgada e a Colusão	722
12.8.11	Coisa Julgada e a Ação Coletiva	723
	Questionário.....	724
Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos		725
13.1	Recurso.....	725
13.1.1	Conceito.....	725
13.1.2	Natureza Jurídica.....	726
13.1.3	Classificação dos Recursos nos Processos: Civil e Trabalhista.....	727
13.1.4	Principiologia dos Recursos.....	728
13.1.4.1	Duplo Grau de Jurisdição.....	728
13.1.4.2	Singularidade, Unirrecorribilidade, Absorção ou Unicidade Recursal.....	730
13.1.4.3	Fungibilidade Recursal.....	730
13.1.4.4	Variabilidade.....	732
13.1.4.5	Dialeticidade ou Discursividade	732
13.1.4.6	Voluntariedade	733
13.1.4.7	Proibição de <i>Reformatio in Pejus</i>	734
13.1.4.8	Concentração dos Recursos ou Irrecorribilidade das Decisões Interlocutórias.....	734
13.1.5	Os Efeitos dos Recursos.....	735
13.1.5.1	Efeito Devolutivo.....	735
13.1.5.2	Efeito Suspensivo.....	740
13.1.5.3	Efeito Translativo.....	744
13.1.5.4	Efeito Extensivo	744
13.1.5.5	Efeito Substitutivo	745
13.1.6	Pressupostos dos Recursos.....	746
13.1.6.1	Pressupostos Básicos dos Recursos.....	746
13.1.6.2	Pressupostos Subjetivos.....	746
13.1.6.2.1	Legitimidade	746
13.1.6.2.2	Capacidade Processual	747
13.1.6.2.3	Interesse Recursal.....	748
13.1.6.3	Pressupostos Objetivos.....	749
13.1.6.3.1	Previsão legal	749
13.1.6.3.2	Adequação.....	749
13.1.6.3.3	Tempestividade.....	749
13.1.6.3.4	Preparo	750
13.1.6.3.5	Prequestionamento	755
13.1.6.3.6	A Relevância, a Transcendência ou a Repercussão Geral.....	759

13.1.7	Recurso do Terceiro Interessado	766
13.1.8	Recurso em Caso de Litisconsórcio	767
13.1.9	Recursos das Pessoas Jurídicas de Direito Público e a Remessa <i>Ex Officio</i>	769
13.1.10	Desistência e Renúncia dos Recursos	771
13.1.11	Admissibilidade dos Recursos	772
13.1.12	Consequências do Julgamento do Recurso.....	775
13.2	Uniformização de Jurisprudência	775
13.2.1	Incidente de Uniformização de Jurisprudência.....	775
13.2.2	Incidente de Assunção de Competência	779
13.2.3	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)...	779
	Questionário.....	782
Capítulo XIV – Recursos Trabalhistas em Espécie		784
14.1	Embargos de Declaração	784
14.1.1	Conceito e Natureza Jurídica	784
14.1.2	Cabimento	786
14.1.3	Efeito Modificativo ou Efeito Infringente	789
14.1.4	Embargos Declaratórios Prequestionatórios	791
14.1.5	A Decisão dos Embargos de Declaração	791
14.1.6	Princípio da Identidade Física do Juiz na Apreciação dos Embargos de Declaração	791
14.1.7	Prazo Recursal	791
14.1.8	Embargos Protelatórios	792
14.1.9	Processamento	793
14.2	Recurso Ordinário	794
14.2.1	Cabimento	794
14.2.2	Recurso Ordinário Constitucional.....	795
14.2.3	Prazo Recursal	796
14.2.4	Efeitos do Recurso Ordinário	797
14.2.5	Procedimento.....	798
14.2.6	Preparo.....	801
14.2.7	Recurso Ordinário no Procedimento Sumário	801
14.2.8	Recurso Ordinário no Procedimento Sumaríssimo	801
14.2.9	A Decisão Homologatória de Acordo e a Sentença Trabalhista. Os Recolhimentos das Contribuições Previdenciárias e do Imposto de Renda. Recurso Ordinário da União	802
14.2.10	O Recurso Ordinário, a União e os Tributos Federais.....	805
14.2.11	O Recurso Ordinário, as Nulidades e o Protesto	806
14.3	Agravo de Instrumento	809

14.3.1	Introdução.....	809
14.3.2	Cabimento e Prazo.....	810
14.3.3	Procedimento.....	812
14.3.4	Preparo Recursal.....	814
	14.3.4.1 Custas Processuais.....	814
	14.3.4.2 Depósito Recursal.....	814
14.3.5	Processamento.....	815
14.3.6	Efeitos.....	817
14.4	Agravo Interno ou Regimental.....	817
	14.4.1 Introdução.....	817
	14.4.2 Hipóteses de Cabimento.....	818
	14.4.3 Processamento.....	819
14.5	Agravo de Petição.....	820
	14.5.1 Cabimento.....	820
	14.5.2 Matérias.....	823
	14.5.3 Prazo.....	824
	14.5.4 Depósito Recursal.....	824
	14.5.5 Custas.....	825
	14.5.6 Efeitos.....	826
	14.5.7 Processamento.....	826
	14.5.8 O Agravo de Petição e a Execução das Contribuições Previdenciárias.....	827
14.6	Recurso de Revista.....	828
	14.6.1 Breve Histórico.....	828
	14.6.2 Cabimento.....	830
	14.6.2.1 Introdução.....	830
	14.6.2.2 Hipóteses.....	831
	14.6.2.2.1 Divergência Jurisprudencial (Art. 896, Alínea <i>a</i>).....	831
	14.6.2.2.2 Divergência Jurisprudencial (Art. 896, Alínea <i>b</i>).....	834
	14.6.2.2.3 Violação Literal de Dispositivo de Lei Federal ou Afronta Direta e Literal da Constituição Federal (Art. 896, Alínea <i>c</i>).....	835
	14.6.2.2.4 Recurso de Revista em Procedimento Sumaríssimo.....	836
	14.6.2.2.5 Recurso de Revista em Execução Trabalhista.....	836

	14.6.2.2.6	Recurso de Revista nas Execuções Fiscais e nas Controvérsias envolvendo a CNDT	837
	14.6.2.2.7	Recurso de Revista em Agravo de Instrumento	837
	14.6.2.2.8	Preliminar de Nulidade em Recurso de Revista.....	837
14.6.3		Recurso de Revista em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)	837
14.6.4		Noções sobre a Uniformização de Jurisprudência.....	838
14.6.5		Recurso de Revista (e de Embargos no TST) Repetitivos..	839
	14.6.5.1	Seleção dos Múltiplos Recursos com Idêntica Questão de Direito	840
	14.6.5.2	Órgão Julgador	841
	14.6.5.3	Procedimento do Incidente de Recursos Repetitivos	841
	14.6.5.4	Incidente de Não Afetação do Recurso e Prosseguimento da Ação.....	844
	14.6.5.5	Acórdão Paradigma	845
14.6.6		Prequestionamento	848
14.6.7		Transcendência	848
14.6.8		Recurso de Revista Adesivo	848
14.6.9		Prazo	848
14.6.10		Preparo Recursal	849
14.6.11		Juízo de Admissibilidade	849
14.6.12		Estrutura do Recurso de Revista	851
14.7		Embargos.....	852
	14.7.1	Embargos no Tribunal Superior do Trabalho.....	852
	14.7.2	Finalidade e Natureza dos Embargos	853
	14.7.3	Embargos de Divergência.....	854
	14.7.4	Embargos de Nulidade	857
	14.7.5	Preparo nos Embargos.....	857
	14.7.6	Processamento nos Embargos	857
	14.7.7	Embargos Infringentes	859
	14.7.8	Embargos no TST (e Recursos de Revista) Repetitivos	859
14.8		Correção Parcial.....	859
	14.8.1	Fundamento Jurídico	859
	14.8.2	Cabimento	859
	14.8.3	Prazo Recursal	861
	14.8.4	Efeitos.....	862

14.8.5	Procedimento	862
14.8.6	Estrutura.....	863
14.9	Pedido de Revisão	863
14.9.1	Cabimento.....	863
14.9.2	Prazo Recursal.....	865
14.9.3	Efeitos.....	865
14.9.4	Procedimento	865
14.10	Recurso Extraordinário.....	866
14.10.1	O Recurso Extraordinário no Sistema Jurídico Brasileiro.....	866
14.10.2	Hipóteses de Cabimento do Recurso Extraordinário.....	867
14.10.2.1	Contrariar Dispositivo da Constituição Federal.....	869
14.10.2.2	Declarar a Inconstitucionalidade de Tratado ou Lei Federal	869
14.10.2.3	Julgar Válida Lei ou Ato de Governo Local Contestado em Face da Constituição ou de Lei Federal	870
14.10.3	O Recurso Extraordinário e a Repercussão Geral	870
14.10.4	Recurso Extraordinário e o Processo do Trabalho	870
14.10.5	Dissídio Jurisprudencial.....	872
14.10.6	Processamento.....	873
14.10.6.1	Admissibilidade pelo Tribunal <i>A Quo</i>	873
14.10.6.2	Admissibilidade pelo Tribunal <i>Ad Quem</i>	873
14.10.7	Efeito	875
14.10.8	Preparo Recursal	876
14.10.9	Recursos Extraordinários Repetitivos	877
14.11	Recurso Adesivo.....	877
14.11.1	Fundamento Jurídico.....	877
14.11.2	Cabimento.....	877
14.11.3	Objeto	879
14.11.4	Prazo Recursal.....	879
14.11.5	Preparo Recursal	879
14.11.6	Efeitos.....	879
14.11.7	Procedimento.....	879
	Questionário.....	880
	Capítulo XV – Liquidação Trabalhista.....	882
15.1	Conceito de Liquidação e à sua Natureza Jurídica.....	882
15.2	Regras Gerais quanto à Liquidação Trabalhista.....	883
15.2.1	Títulos Extrajudiciais e a Liquidação Trabalhista	884

15.3	Critérios para a Liquidação Trabalhista	885
15.3.1	Liquidação por Cálculos.....	885
15.3.2	Liquidação por Arbitramento.....	889
15.3.3	Liquidação por Artigos.....	890
15.4	Liquidação Mista.....	893
15.5	Liquidações Autônomas.....	893
15.6	Liquidação das Obrigações Alternativas.....	893
15.7	Correção Monetária.....	894
15.7.1	Conceito de Correção Monetária.....	894
15.7.1.1	Evolução da Sistemática Legal dos Índices da Correção Monetária.....	894
15.7.1.2	Da Época Própria.....	896
15.7.1.3	A Correção Monetária e a Jurisprudência do TST.....	897
15.7.1.4	Correção Monetária e a Falência do Empregador	898
15.7.1.5	Correção Monetária e o Dano Moral	898
15.8	Juros	899
15.8.1	Época Própria	899
15.8.2	Juros e a Falência do Empregador.....	899
15.8.3	Juros e as Empresas em Liquidação Extrajudicial ou Intervenção	900
15.8.4	Juros e os Créditos contra a Fazenda Pública.....	900
15.8.5	Juros e o Depósito na Execução	901
15.9	Juros Legais e Correção Monetária em Cobrança de Contribuição Sindical Rural.....	901
15.10	Os Créditos da Previdência Social	902
15.11	Juros e o Dano Moral.....	902
	Questionário.....	902
	Capítulo XVI – Execução Trabalhista.....	903
16.1	A Execução e a Reforma do Código de Processo Civil	903
16.2	Conceito de Execução.....	904
16.3	Conceito de Execução Trabalhista	905
16.4	Natureza Jurídica da Execução Trabalhista	905
16.5	Princípios Informativos da Execução Trabalhista	906
16.5.1	Redução do Contraditório	906
16.5.2	Natureza Real.....	906
16.5.3	Limitação Expropriatória	907
16.5.4	Primazia do Credor Trabalhista	907
16.5.5	Meio Menos Oneroso para o Executado.....	907
16.5.6	Especificidade	907

16.5.7	Responsabilidade pelas Despesas Processuais.....	908
16.5.8	Não Aviltamento do Executado.....	908
16.5.9	Livre Disponibilidade do Processo pelo Exequente	908
16.5.10	Título.....	908
16.5.11	Subsidiariedade	910
16.5.12	Função Social da Execução Trabalhista	910
16.6	As Fases da Execução Trabalhista	910
16.6.1	Quantificação.....	910
16.6.2	Construção	911
16.6.3	Expropriação.....	911
16.7	Legislação Aplicável à Execução Trabalhista	912
16.8	Ação de Execução Trabalhista	913
16.8.1	Pretensão Executiva	913
16.8.2	Condições da Ação Executória.....	913
16.8.2.1	Interesse de Agir.....	914
16.8.2.2	Legitimidade.....	914
16.8.2.2.1	Legitimidade Ativa Ordinária Primária.....	915
16.8.2.2.2	Legitimidade Ativa Ordinária Derivada ou Superveniente.....	916
16.8.2.2.3	Legitimação Ativa Extraordinária	919
16.8.2.2.4	Legitimidade Passiva Ordinária Primária.....	919
16.8.2.2.5	Legitimidade Passiva Ordinária Derivada ou Superveniente.....	920
16.8.2.2.6	Legitimação Passiva Extraordinária e a Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	921
16.8.2.2.7	Legitimação Passiva Extraordinária e o Feador.....	934
16.8.2.2.8	Massa Falida, Recuperação Judicial e Liquidação Extrajudicial e a Legitimação Passiva Ordinária Primária.....	935
16.8.2.2.9	A Responsabilidade da Empresa Tomadora no Caso da Terceirização. Legitimação Ordinária ou Extraordinária?.....	935
16.8.2.2.10	A Legitimação (Ativa e Passiva) e os Títulos Extrajudiciais Trabalhistas	936

16.8.3	A Competência na Execução Trabalhista	937
16.8.3.1	Órgão Competente.....	937
16.8.3.2	Execução Mediante Carta Precatória e os Embargos do Devedor	938
16.8.3.3	A Competência nos Embargos de Terceiro	939
16.8.4	Requisitos da Execução Trabalhista.....	939
16.8.4.1	Inadimplemento do Devedor	939
16.8.4.2	Título Executivo – Execução Definitiva e Provisória.....	940
16.8.5	Cumulação de Execuções.....	940
16.8.6	Execução de Obrigações Alternativas.....	941
16.8.7	Execução Sujeita a Condição ou Termo	941
16.8.8	Execução de Prestações Sucessivas	942
16.8.9	Responsabilidade Patrimonial do Devedor	942
16.8.10	Fraude à Execução.....	943
16.8.11	Ato Atentatório à Dignidade da Justiça.....	946
16.8.12	Execução contra a Fazenda Pública	947
16.8.12.1	Conceito de Fazenda Pública.....	947
16.8.12.2	A Obrigatoriedade do Precatório na Execução contra a Fazenda Pública.....	947
16.8.12.2.1	Créditos de Natureza Alimentícia..	948
16.8.12.2.2	Obrigações de Pequeno Valor contra a Fazenda Pública	949
16.8.12.2.3	Compensação de Crédito pela Fazenda Pública.....	950
16.8.12.2.4	Atualização dos Precatórios.....	951
16.8.12.2.5	Atuação do Credor.....	951
16.8.12.2.6	Regime Especial para Pagamento de Precatórios	952
16.8.12.3	A Citação da Fazenda Pública	953
16.8.13	Execução contra a Massa Falida e a Empresa em Recuperação Judicial.....	955
16.8.13.1	A Falência e a Sucessão Trabalhista.....	960
16.8.13.2	A Recuperação Judicial e a Sucessão Trabalhista.....	961
16.8.14	Execução contra as Sociedades em Regime de Liquidação Extrajudicial.....	961
16.8.15	Execução contra Devedor Insolvente	962
16.8.16	Suspensão da Execução	963
16.8.16.1	Suspensão do Processo	963

16.8.16.2	Embargos à Execução Recebidos com Efeito Devolutivo.....	963
16.8.16.3	Outras Hipóteses.....	965
16.8.17	Extinção da Execução.....	966
16.8.18	Desistência da Execução.....	966
16.9	Espécies de Execução.....	967
16.9.1	Entrega de Coisa Certa.....	967
16.9.2	Entrega de Coisa Incerta.....	968
16.9.3	Obrigação de Fazer.....	969
16.9.4	Obrigação de Não Fazer.....	972
16.9.5	Obrigação de Emitir Declaração de Vontade.....	973
16.9.6	Execução por Quantia Certa (Cumprimento de Sentença)....	973
16.9.7	Execução de Sentença Arbitral.....	974
16.10	O Procedimento da Execução.....	975
16.10.1	Citação do Devedor.....	976
16.10.2	Análise do Art. 830 do CPC.....	977
16.10.3	Depósito e Nomeação de Bens.....	978
16.10.3.1	Nomeação de Bens e Benefício de Ordem.....	982
16.10.4	Penhora.....	983
16.10.4.1	Conceito de Penhora.....	983
16.10.4.2	Natureza Jurídica dos Bens Penhorados.....	984
16.10.4.3	Bens Penhoráveis.....	984
16.10.4.4	Bens Impenhoráveis.....	984
16.10.4.4.1	Alienação Fiduciária.....	986
16.10.4.4.2	Bem de Família.....	986
16.10.4.4.3	Impenhorabilidade do Salário... ..	988
16.10.4.5	O Local da Realização da Penhora.....	993
16.10.4.6	O Auto de Penhora.....	994
16.10.4.7	Expropriação Antecipada.....	995
16.10.4.8	Penhora de Direitos e Ações.....	995
16.10.4.9	Penhora de Créditos.....	996
16.10.4.10	Penhora de Empresas, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes.....	997
16.10.4.11	Penhora de Navio ou Aeronave.....	998
16.10.4.12	Penhora de Bem Imóvel Hipotecado.....	998
16.10.4.13	Penhora de Fração do Bem.....	999
16.10.4.14	Da Segunda Penhora.....	1001
16.10.4.15	Modificação da Penhora.....	1001
16.10.4.16	Ampliação ou Redução da Penhora.....	1002
16.10.4.17	Depósito dos Bens Penhorados.....	1002

16.10.4.18	Ação de Depósito	1004
16.10.4.19	A Avaliação dos Bens Penhorados.....	1005
16.10.5	Arrematação.....	1006
16.10.5.1	Edital.....	1006
16.10.5.2	Praça e Leilão.....	1008
16.10.5.3	Credor Hipotecário.....	1008
16.10.5.4	Aspectos Procedimentais da Arrematação.....	1008
16.10.5.5	Lanço Vil na Arrematação Trabalhista.....	1010
16.10.5.6	Auto de Arrematação.....	1011
16.10.5.7	Desfazimento da Arrematação.....	1011
16.10.5.8	Carta de Arrematação.....	1012
16.10.5.9	Consequências da Arrematação.....	1012
16.10.6	Reunião de Execuções Trabalhistas.....	1012
16.10.7	Adjudicação.....	1015
16.10.7.1	Legitimação para a Adjudicação.....	1016
16.10.7.2	Procedimento.....	1017
16.10.8	Alienação por Iniciativa Particular ou em Leilão Judicial.....	1017
16.10.9	Remição.....	1018
16.11	Embargos do Devedor.....	1019
16.11.1	Fundamento Jurídico.....	1019
16.11.2	Cabimento.....	1019
16.11.3	Objeto.....	1021
16.11.4	Legitimação.....	1024
16.11.5	Competência.....	1025
16.11.6	Prazo.....	1026
16.11.7	Garantia do Juízo.....	1027
16.11.8	Custas Processuais.....	1027
16.11.9	Efeitos dos Embargos à Execução.....	1028
16.11.10	Procedimento.....	1029
16.11.11	Estrutura.....	1031
16.11.12	Resposta do Embargado.....	1031
16.12	Impugnação à Sentença de Liquidação.....	1032
16.12.1	Fundamento Jurídico.....	1032
16.12.2	Cabimento.....	1032
16.12.3	Objeto.....	1033
16.12.4	Prazo.....	1033
16.12.5	Custas Processuais.....	1034
16.12.6	Efeitos.....	1034
16.12.7	Procedimento.....	1034
16.12.8	Estrutura.....	1035

16.13 Impugnação à Arrematação e à Adjudicação	1035
16.13.1 Sistemática no CPC/73	1035
16.13.2 O CPC/15 e a Impugnação à Arrematação	1036
16.13.3 O CPC/15 e a Impugnação à Adjudicação	1037
16.14 Embargos de Terceiro	1037
16.14.1 Fundamento Jurídico	1037
16.14.2 Cabimento	1037
16.14.3 Objeto	1038
16.14.4 Legitimidade	1038
16.14.5 Competência	1040
16.14.6 Prazo	1040
16.14.7 Custas Processuais	1040
16.14.8 Efeitos	1040
16.14.9 Procedimento	1041
16.15 A Execução Trabalhista e os Recolhimentos Previdenciários	1042
16.15.1 Introdução	1042
16.15.2 A Importância do Título Judicial	1046
16.15.2.1 A Conciliação Trabalhista e os seus Efeitos quanto à Previdência Social	1046
16.15.2.2 A Decisão Trabalhista e a Contribuição Previdenciária	1047
16.15.3 Pagamento Espontâneo pelo Devedor	1048
16.15.4 A Contribuição Previdenciária na Liquidação Trabalhista	1048
16.15.4.1 A Preclusão na Liquidação Trabalhista	1054
16.15.5 A Contribuição Previdenciária na Execução Trabalhista	1055
16.15.5.1 Estrutura da Relação Jurídica	1055
16.15.5.2 Os Trâmites Iniciais da Execução	1055
16.15.5.3 Os Embargos do Devedor e a Impugnação à Sentença de Liquidação	1055
16.15.5.4 Recolhimentos das Contribuições Sociais	1056
16.15.5.5 O Recurso na Execução Trabalhista das Contribuições Previdenciárias	1056
16.15.5.6 A Execução Previdenciária contra a Massa Falida, Recuperação Judicial ou Empresa em Liquidação Extrajudicial	1057
16.15.5.7 A Execução Previdenciária contra as Entidades Filantrópicas	1057
16.16 Exceção de Pré-Executividade	1057
16.16.1 Conceito	1057
16.16.2 Hipóteses de Cabimento da Exceção de Pré-Executividade	1058

16.16.3	Procedimento.....	1059
16.17	A Justiça do Trabalho e o Convênio BACEN-JUD.....	1059
16.17.1	Os Serviços mais Importantes Disponibilizados pelo Sistema....	1061
16.17.1.1	Solicitação de Informações	1061
16.17.1.2	Bloqueio de Contas	1062
16.17.2	Questões Procedimentais da Execução Trabalhista.....	1062
16.17.2.1	A Utilização do Sistema em Tutela Provisória de Urgência	1062
16.17.2.2	A Utilização do Sistema na Execução Trabalhista.....	1062
16.17.2.2.1	O BACEN-JUD e o Art. 830 do CPC.....	1063
16.17.2.3	A Questão da Penhora Eletrônica.....	1063
16.17.2.4	Competência para as Determinações de Bloqueio.....	1064
16.18	Execução das Multas Impostas aos Empregadores pelos Órgãos de Fiscalização do Trabalho	1064
16.18.1	Legitimação Ativa.....	1064
16.18.2	Legitimação Passiva	1065
16.18.3	Requisitos da Petição Inicial	1066
16.18.4	Despacho do Juiz ao Deferir a Inicial	1066
16.18.5	Demais Procedimentos da Lei 6.830/80.....	1066
16.18.5.1	Citação do Executado	1066
16.18.5.2	Pagamento Imediato ou Garantia da Execução	1067
16.18.5.3	Intimação da Penhora.....	1068
16.18.5.4	Embargos do Executado.....	1069
Questionário.....		1070

PARTE VII

AS AÇÕES CONSTITUCIONAIS E AS DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Notas Introdutórias	1073
Capítulo I – Habeas Corpus	1075
1.1 <i>Habeas Corpus</i> no Sistema Legal.....	1075
1.2 Conceito e Finalidade	1076
1.3 Cabimento de <i>Habeas Corpus</i> na Justiça do Trabalho.....	1077
1.4 Competência Trabalhista e o <i>Habeas Corpus</i>	1080
1.5 Legitimidade Ativa.....	1081
1.6 Legitimidade Passiva.....	1082

1.7	Espécies.....	1083
1.8	Pedido Liminar.....	1083
1.9	Ato Coator.....	1084
1.10	Gratuidade.....	1085
1.11	Procedimento.....	1085
1.12	Nomeação do Depositário.....	1088
	Questionário.....	1090
Capítulo II	– Mandado de Segurança.....	1091
2.1	Fundamento Jurídico.....	1091
2.2	Cabimento e Atos Atacáveis.....	1091
2.3	Legitimidade Ativa.....	1097
2.3.1	<i>Writ</i> individual.....	1097
2.3.1.1	Capacidade Postulatória.....	1097
2.3.2	<i>Writ</i> coletivo.....	1097
2.4	Legitimidade Passiva.....	1098
2.5	Litisconsórcio.....	1101
2.6	Competência.....	1101
2.7	Prazo para Ajuizamento.....	1102
2.8	Medida Liminar.....	1103
2.9	Recursos contra a Decisão Liminar.....	1104
2.9.1	Agravo de Instrumento.....	1104
2.9.2	Pedido de Suspensão dos Efeitos da Liminar.....	1105
2.10	Decisão.....	1106
2.11	Recursos contra Sentença.....	1107
2.12	Honorários Advocatícios.....	1109
2.13	Processamento.....	1109
	Questionário.....	1111
Capítulo III	– Habeas Data.....	1112
3.1	Aspectos Gerais.....	1112
3.2	O <i>Habeas Data</i> e a Competência da Justiça do Trabalho.....	1113
3.3	Disciplina Jurídica.....	1115
	Questionário.....	1120
Capítulo IV	– Inquérito Civil, Ação Civil Pública e Ação Civil Coletiva.....	1121
4.1	Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos.....	1121
4.2	Prescrição.....	1124
4.3	Inquérito Civil.....	1128
4.4	Termo de Ajuste de Conduta (TAC).....	1129
4.5	Ação Civil Pública.....	1130
4.6	Ação Civil Coletiva.....	1132

4.7	A Coisa Julgada na Ação Coletiva.....	1133
4.7.1	Coisa Julgada na Ação Coletiva com Fundamento em Interesses ou Direitos Difusos.....	1133
4.7.2	Coisa Julgada na Ação Coletiva com Fundamento em Interesses ou Direitos Coletivos.....	1134
4.7.3	Coisa Julgada na Ação Coletiva com Fundamento em Interesses ou Direitos Individuais Homogêneos.....	1135
4.7.4	A Decisão na Ação Coletiva com Fundamento nos Direitos Difusos e Coletivos e os Titulares dos Direitos Materiais..	1136
4.7.5	A Coisa Julgada na Ação Coletiva e o Art. 16 da Lei 7.347/85	1137
4.7.6	A Coisa Julgada na Ação Coletiva e o Art. 2º-A da Lei 9.494/97	1138
4.8	Cumprimento das Decisões Coletivas.....	1139
4.8.1	Liquidação e a Execução de Sentença Coletiva (Direitos Individuais Homogêneos).....	1139
4.8.2	Liquidação e a Execução de Sentença Coletiva (Direitos Difusos e Coletivos).....	1142
	Questionário.....	1143
	Capítulo V – Inquérito para Apuração de Falta Grave	1144
	Questionário.....	1146
	Capítulo VI – Ação Rescisória.....	1147
6.1	Fundamento Jurídico.....	1147
6.2	Aspectos da Ação Rescisória.....	1147
6.3	Cabimento	1150
6.3.1	Prevaricação, Concussão ou Corrupção do Juiz.....	1150
6.3.2	Impedimento ou Incompetência Absoluta do Juiz	1150
6.3.3	Dolo ou Coação da Parte Vencedora em Detrimento da Parte Vencida ou, Ainda, de Simulação ou Colusão entre as Partes, a Fim de Fraudar a Lei.....	1151
6.3.4	Ofensa à Coisa Julgada	1153
6.3.5	Violar Manifestamente Norma Jurídica	1154
6.3.6	Falsidade da Prova.....	1158
6.3.7	Prova Nova	1158
6.3.8	Erro de Fato Verificável do Exame dos Autos	1159
6.3.9	Confissão, Desistência ou Transação.....	1159
6.4	Prazo de Ajuizamento.....	1161
6.5	Legitimidade	1162
6.6	Competência Jurisdicional.....	1163
6.7	Natureza Jurídica da Decisão na Rescisória	1164

6.8	Valor da Causa.....	1164
6.9	Custas Processuais.....	1164
6.10	Depósito Prévio.....	1165
6.11	Procedimento.....	1165
6.12	Estrutura.....	1167
6.12.1	Tutela Provisória na Ação Rescisória.....	1167
6.12.2	Os Pedidos da Ação Rescisória.....	1168
	Questionário.....	1169
Capítulo VII – Ação Anulatória.....		1170
7.1	Fundamento Jurídico.....	1170
7.2	Cabimento.....	1170
7.3	Ação Anulatória de Negócio ou Ato Judicial.....	1171
7.4	Ação Anulatória de Cláusula Convencional.....	1171
7.5	Ação Anulatória de Débito Fiscal.....	1172
7.6	Legitimidade Ativa.....	1172
7.7	Procedimento.....	1173
	Questionário.....	1174
Capítulo VIII – Ação de Consignação de Pagamento.....		1175
	Questionário.....	1179
Capítulo IX – Ações Possessórias.....		1180
9.1	O Cabimento das Ações Possessórias na Justiça do Trabalho.....	1180
9.2	Das Ações Possessórias.....	1183
	Questionário.....	1185
Capítulo X – Habilitação Incidental.....		1186
	Questionário.....	1188
Capítulo XI – Ação Revisional.....		1189
11.1	Ação Revisional.....	1189
11.2	Dissídio Coletivo de Trabalho Revisional.....	1190
	Questionário.....	1191

PARTE VIII

PROCESSO COLETIVO DO TRABALHO

Capítulo I – Relações e Conflitos Coletivos de Trabalho.....		1195
1.1	As Relações de Trabalho: Individual e Coletiva.....	1195
1.2	Conflitos de Trabalho.....	1199
1.2.1	Conceito.....	1199
1.2.2	Classificações dos Conflitos.....	1201

1.2.2.1	Conflitos Coletivos de Trabalho.....	1205
1.3	Formas de Soluções de Conflitos Coletivos de Trabalho.....	1209
1.3.1	Os Meios de Solução de Conflitos Coletivos de Trabalho Apregoados pela OIT	1215
1.4	Os Principais Meios de Solução de Conflitos.....	1217
1.4.1	Negociação Coletiva.....	1218
1.4.1.1	A Negociação Coletiva de Trabalho no Brasil ..	1222
1.4.2	Conciliação e Mediação.....	1231
1.4.2.1	Conciliação	1231
1.4.2.2	Mediação	1232
1.4.2.3	A Conciliação e a Mediação no Brasil.....	1235
1.4.3	Arbitragem	1236
1.4.3.1	A Arbitragem no Brasil	1240
1.4.4	Jurisdição.....	1241
	Questionário.....	1244
	Capítulo II – Dissídio Coletivo de Trabalho	1245
2.1	Conceito e Espécies.....	1245
2.2	Natureza Jurídica.....	1247
2.3	Competência	1247
2.4	Prazo para Instauração	1248
2.5	Condições do Dissídio Coletivo.....	1249
2.5.1	Legitimidade Ativa e Passiva.....	1249
2.5.1.1	Deliberação da Assembleia	1255
2.5.2	Interesse de Agir	1256
2.5.2.1	Negociação Coletiva Prévia Frustrada	1257
2.5.3	Possibilidade Jurídica do Pedido.....	1258
2.5.4	Ajuizamento de “Comum Acordo”	1261
2.6	O Julgamento do Dissídio Coletivo e o Princípio do Não Retrocesso Social.....	1266
2.7	Dissídio Coletivo de Trabalho no Setor Público	1266
	Questionário.....	1275
	Capítulo III – Procedimento do Dissídio Coletivo de Trabalho	1276
3.1	Instauração do Dissídio Coletivo	1276
3.1.1	Dissídio de Extensão	1278
3.1.2	Dissídio de Revisão	1280
3.1.3	Dissídio de Greve	1281
3.2	Pedido de Instauração	1283
3.3	Audiência.....	1286
3.4	Resposta.....	1288

3.4.1	Contestação.....	1288
3.4.2	Reconvenção.....	1289
3.4.3	Exceção.....	1290
3.5	Diligências Necessárias.....	1290
3.6	Sentença Normativa.....	1291
3.6.1	Poder Normativo.....	1295
3.6.2	Coisa Julgada.....	1303
3.6.3	Integração da Sentença Normativa ao Contrato Individual de Trabalho.....	1304
3.7	Recursos.....	1306
3.7.1	Efeito Suspensivo do Recurso Ordinário.....	1306
3.7.2	Custas Processuais e o Depósito Recursal.....	1307
	Questionário.....	1308
Capítulo IV – Ação de Cumprimento.....		1309
4.1	Conceito e Cabimento da Ação de Cumprimento.....	1309
4.2	Natureza Jurídica.....	1310
4.3	Competência Jurisdicional.....	1310
4.4	Legitimidade Ativa e Passiva.....	1310
4.5	Ajuizamento.....	1311
4.6	Prazo Prescricional.....	1311
4.7	Ação Reconvenicional.....	1312
4.8	Instrução.....	1312
4.9	A Decisão.....	1313
4.10	Efeitos da Alteração da Sentença Normativa na Ação de Cumprimento.....	1313
	Questionário.....	1314

PARTE IX

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Capítulo I – Falta ou Recusa de Anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social.....		1316
1.1	A Definição da CTPS.....	1316
1.2	As Anotações na CTPS.....	1317
1.3	O Procedimento Administrativo quanto à Falta ou Recusa de Anotação na CTPS.....	1318
1.4	A CTPS e a Legislação Criminal.....	1321
1.5	A Omissão quanto ao Registro na CTPS é Crime?.....	1323
1.6	A CTPS e o Dano Moral.....	1324
	Questionário.....	1325

Capítulo II – Fiscalização do Trabalho.....	1326
2.1 Conceito de Fiscalização do Trabalho	1326
2.2 A Fiscalização do Trabalho nos Planos Internacional e Nacional	1326
2.3 O Procedimento da Fiscalização Trabalhista	1330
2.3.1 Da Fiscalização, da Autuação e da Imposição das Multas.....	1330
2.3.2 Fiscalização Orientadora para as Microempresas e as Em- presas de Pequeno Porte	1335
2.3.3 Fiscalização do Trabalho Doméstico	1335
2.3.4 Recursos Administrativos	1336
2.3.5 Do Depósito, da Inscrição e da Cobrança da Multa.....	1337
Questionário.....	1337
Referências Bibliográficas	1339